

SELIC

INFORME SETORIAL

‘Ninguém celebra alta de juros, mas não há alternativa’

Economista-chefe do Itaú diz que taxa Selic pode seguir alta se crescerem os gastos públicos.

O Estado de S. Paulo.

Uma Selic (taxa básica de juros) de dois dígitos pode se tornar mais persistente do que o mercado financeiro espera hoje. Na análise do economista-chefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita, esse pode ser o cenário caso o presidente eleito neste ano estimule o crescimento dos gastos públicos. Na semana passada, o Banco Central elevou a Selic para 10,75%, chegando a dois dígitos pela primeira vez em quatro anos e meio. “Se voltarmos a ter uma trajetória forte de crescimento sustentado do gasto público, vamos viver com taxa de juros mais alta”, diz Mesquita.

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista:

A previsão do Itaú para o PIB deste ano é de queda de 0,5%. Em janeiro, tivemos o problema da seca, prejudicando o agronegócio. Diante disso, já há um viés negativo para o -0,5%?

Um risco é se a política monetária tiver de continuar subindo a taxa de juros. O Banco Central (BC) sinalizou no comunicado (divulgado na quarta-feira) desaceleração no ritmo do aperto. Isso aponta para taxa de juros mais próxima de 12% do que de 13%. Se tiver de subir mais para 13%, aí o PIB ficaria pior. Poderia cair entre

0,5% e 1%. Outro risco é o efeito da Ômicron. Se a variante afetar a mobilidade, o PIB poderia cair mais 0,2 ponto percentual. No lado positivo, no curto prazo, poderia ter aceleração de gastos de governo subnacionais. Se resolverem gastar mais, usarem recursos para término de obras, poderia dar mais 0,5 ponto percentual para o PIB. A produção de veículos está muito volátil, mas, se normalizasse, veríamos uma alta de mais 0,2 ponto percentual. Finalmente, o Idat (índice diário de atividade econômica do Itaú) de serviços está rodando melhor do que a pesquisa de serviço do IBGE. Se estivermos certos e a pesquisa do IBGE convergir, teríamos mais 0,3 ponto percentual. Somando todos os riscos, terminamos com número muito próximo do - 0,5%.

Como o sr. avalia a atuação do BC até agora?

O BC está fazendo o que prevê o regime de metas. Houve um choque inflacionário muito grande em 2021. O BC reagiu subindo o juro. É uma alta expressiva do juro nominal e do real, que vai ter efeito contracionista na atividade. A forma de reduzir a inflação é usando política monetária. A tendência é que funcione. É a política adequada. Ninguém comemora alta de juros, mas não tem alternativa.

Quão preocupante é o cenário internacional?

O Banco Central Europeu mudou o tom. Antes, era o de acreditar no caráter transitório da inflação. Agora, está vendo com mais cautela. O Banco da Inglaterra, nesta semana, subiu a taxa como se esperava, mas há um debate no comitê para subir até mais rapidamente. Nos EUA, a discussão migrou de se sobe ou não a taxa neste ano para se sobe duas ou três vezes. Agora já é se sobe sete vezes, em todas as reuniões que se tem no ano. Como a nossa taxa já está elevada, o impacto dessa mudança de postura no exterior talvez não seja tão severo. Em um cenário em que os aumentos nos EUA vão de 0,25 ponto em 0,25, acho que o mercado pode digerir.

Se acelerar, vai ter um período de estresse.

Quanto de instabilidade no mercado o Itaú espera em relação à eleição?

Como ainda está distante e nenhum pré-candidato apresenta propostas detalhadas de política econômica com tanta antecedência, se for para afetar muito o mercado, isso tende a acontecer mais pra maio e junho.

O presidente da Verde Asset, Luis Stuhlberger, falou que vê um eventual governo Lula com inflação alta. O sr. concorda?

Quem quer que esteja na presidência não vai querer conviver com uma inflação elevada. O Brasil aprovou reformas importantes nos últimos anos, como o controle dos gastos e a redução da relevância do crédito subsidiado. Se voltarmos a ter trajetória forte de crescimento sustentado do gasto público, a uma segmentação intensa do mercado de crédito, aí provavelmente para a gente viver com taxas de inflação mais baixas, vamos viver com taxa de juros mais alta. Isso vai ser uma exceção que tem a ver com a pandemia ou vai ser o novo normal da taxa de juros no Brasil? Vamos descobrir nos próximos 18 meses.

Núcleo de Inteligência – ADECE/SEDET

Edição 368 - Em 11 de fevereiro de 2022

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.